

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



PRINCÍPIOS E APLICAÇÕES DO ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Autor(res)

Poliana Lovatto

Viviane Maria Rocha Rodrigues

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

O tema deste resumo expandido investiga os princípios e as aplicações do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (CF) na proteção do meio ambiente no Brasil, considerando os desafios enfrentados na implementação desses princípios. Destaca-se a responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade, as medidas administrativas e criminais para infrações ambientais, e a reparação de danos como elementos fundamentais para a preservação ambiental. O problema de pesquisa consiste em analisar como o artigo 225 CF influencia a efetiva proteção do meio ambiente no Brasil, considerando a complexidade do sistema jurídico e os desafios enfrentados na implementação desses princípios, como a falta de recursos, a impunidade em casos de infrações ambientais e a necessidade de conscientização e engajamento da sociedade.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar criticamente o papel do artigo 225 na proteção do meio ambiente, identificando seus impactos positivos e desafios na efetivação desses princípios.

Material e Métodos

Para alcançar esse objetivo, adotou-se o método analítico-normativo, de natureza dedutiva, com refino na busca das categorias científicas observadas, atrelando o tema aos fatos e fenômenos sociais vinculados ao problema de pesquisa. Realizou-se uma revisão bibliográfica, incluindo análise da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência, ambos relacionados à proteção ambiental no Brasil. Também serão consideradas entrevistas com especialistas e representantes de órgãos ambientais para obter insights adicionais.

Resultados e Discussão

O Artigo 225 da CF/88 representa um marco na proteção ambiental no Brasil. O desafio é compreender o impacto efetivo, bem como os obstáculos na aplicação de seus princípios. Destaca-se o reconhecimento do direito a um ambiente equilibrado, fomentando a conscientização e o envolvimento da sociedade na proteção dos recursos naturais. Além disso, a definição de responsabilidades e sanções estabelece um quadro jurídico para combater práticas lesivas ao meio ambiente garantindo reparação de danos ambientais.

Entretanto, surgem desafios significativos na implementação dos preceitos do Artigo 225. A escassez de recursos

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



financeiros e humanos dificulta a fiscalização eficiente das atividades ambientais, enquanto a lentidão judicial e a falta de eficácia nas punições contribuem para a impunidade de infrações ambientais. Ademais, é crucial promover maior conscientização e engajamento da sociedade civil para uma participação ativa na preservação ambiental e no cumprimento das normas ambientais.

Conclusão

A análise crítica do artigo 225 da CF revela sua importância na proteção do meio ambiente no Brasil, mas também aponta para a necessidade de superar os desafios enfrentados na implementação desses princípios. É fundamental o aprimoramento das políticas públicas, a alocação adequada de recursos e o fortalecimento da conscientização e do controle social para garantir uma proteção ambiental efetiva e sustentável no país.

Referências

- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
- BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 18ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.